

Protocolo nº 25.054.707-2

EDITAL (Página 1 de 67)

Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS

Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Unidade de Licitação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, inscrito no CNPJ sob nº 22.112.109/0001-53, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situada na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO:**817/2026**

TIPO: MENOR PREÇO

SRP

Acolhimento/Abertura/Disputa/Divulgação de Propostas:**Até 08:30 do dia 07/07/2026**

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de materiais para os Laboratórios de Aprendizagem destinados às instituições de ensino dos cursos de formação de docentes da rede pública estadual.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 2.702.983,80** (Dois milhões e setecentos e dois mil e novecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/compras> e no Portal do Compras Paraná, www.comprasparana.pr.gov.br;

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Saionara Cristina Bocalon e equipe de apoio, designadas pela Portaria n.º 261/2024, servidores(as) do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR.

E-mail: closeed@fundepar.pr.gov.br

Telefones: (41) 2117-8288 / 2117-8286 / 2117-8314

Endereço: Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral – CEP 80.035-050 Curitiba / Paraná.

O atendimento será feito no horário das 8h30min às 12:00 horas e das 13h30min às 17h30min.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico GMS/Compras Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br) ou pelo e-mail da Comissão de Contratação (closeed@fundepar.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, caso o recebimento se dê por e-mail da Comissão, este também será transcrito no sítio do Compras Paraná.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os documentos pertinentes ao certame (Edital, anexos, elementos técnicos) estarão à disposição dos interessados no sítio do GMS/Compras Paraná e no Portal da Transparência, pelo link <https://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes> informando o Ano “___”, o Número do Edital “___”.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO

Protocolo nº 25.054.707-2

EDITAL (Página 3 de 67)

Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS

Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima **do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital)** serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 1, 3, 5, 6, 8, 10, 11 e 13 as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI - Relação de endereços para Entregas;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP
- Anexo X – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras>

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.gov.br/compras>).

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual Portal Nacional de Compras Públicas, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras> ou, ainda, por meio dos telefones **(41) 2117-8288 | 2117-8286 | 2117-8314** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual [Portal do Compras do Governo Federal] implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (Um real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O critério de julgamento adotado será o *menor preço* conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador, conforme subitem 1.5.5 do Termo de Referência (Anexo I);

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.2.1 Valores unitários: conforme item 1 – objeto, descrição do valor de cada lote.

6.6.3.2.2 Valor Global: **R\$ 2.702.983,80** (dois milhões e setecentos e dois mil e novecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de

julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a Comissão de Contratação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 Não há interesse por parte desta Administração, e em conformidade com o inciso III, art. 297 e inciso IV, ambos do Decreto nº 10.086, de 2022, considerando-se as justificativas do setor demandante a adesão à Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Anexo VII deste Edital.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

11.7.1.2 O reajuste dos preços será feito de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado de **01/04/2026**, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 12 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública Estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

Protocolo nº 25.054.707-2**EDITAL (Página 13 de 67)****Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS****Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 18 de junho de 2026.

Saionara Cristina Bocalon
Pregoeira
Portaria 273/2026 - Fundepar

Protocolo nº 25.054.707-2	EDITAL (Página 14 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS	
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado vantajoso, para futura e eventual aquisição de materiais para os Laboratórios de Aprendizagem destinados às instituições de ensino dos cursos de formação de docentes da rede pública estadual, conforme especificações e lotes das planilhas abaixo:

LOTE 01 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTD	UNID	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	7503.112969	1040	Ábacos abertos	372	UN	R\$ 59,00	R\$ 21.948,00
2	7802.113033	1041	Alfabeto em libras	372	UN	R\$ 64,51	R\$ 23.997,72
3	7802.113034	1042	Alfabeto móvel	372	UN	R\$ 152,80	R\$ 56.841,60
4	7802.113035	1043	Alfabeto silábico	372	UN	R\$ 73,90	R\$ 27.490,80
5	7802.113036	1044	Animais de encaixe	372	UN	R\$ 99,00	R\$ 36.828,00
6	7802.112971	1052	Dominó de alfabetização	372	UN	R\$ 30,00	R\$ 11.160,00
7	7802.112972	1056	Dominó de divisão silábica	372	UN	R\$ 29,90	R\$ 11.122,80
8	7802.112973	1059	Dominó das quatro operações	372	UN	R\$ 30,00	R\$ 11.160,00
9	7802.112974	1070	Jogo da memória brinquedos	372	UN	R\$ 29,00	R\$ 10.788,00
10	7802.112975	1071	Jogo da memória numerais	372	UN	R\$ 34,16	R\$ 12.707,52
11	7802.113038	1721	Bingo dos números	372	UN	R\$ 89,99	R\$ 33.476,28
12	7802.112977	1074	Kit Jogos	372	KIT	R\$ 70,72	R\$ 26.307,84
13	7802.113217	1080	Kit quebra cabeças	372	KIT	R\$ 58,00	R\$ 21.576,00
14	7802.112979	1088	Sequência lógica	372	UN	R\$ 36,65	R\$ 13.633,80
15	7802.112980	1090	Tabuleiro de consciência fonológica	372	UN	R\$ 56,10	R\$ 20.869,20
16	7802.112981	1077	Mosaicos Geométricos em madeira	372	UN	R\$ 89,90	R\$ 33.442,80
17	7802.113039	1136	Instrumentos musicais infantis	248	KIT	R\$ 610,00	R\$ 151.280,00
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 524.630,36

LOTE 02 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTD	UNID	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	7503.112969	1040	Ábacos abertos	123	UN	R\$ 59,00	R\$ 7.257,00

Protocolo nº 25.054.707-2		EDITAL (Página 15 de 67)	
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS			
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906			

2	7802.113033	1041	Alfabeto em libras	123	UN	R\$ 64,51	R\$ 7.934,73
3	7802.113034	1042	Alfabeto móvel	123	UN	R\$ 152,80	R\$ 18.794,40
4	7802.113035	1043	Alfabeto silábico	123	UN	R\$ 73,90	R\$ 9.089,70
5	7802.113036	1044	Animais de encaixe	123	UN	R\$ 99,00	R\$ 12.177,00
6	7802.112971	1052	Dominó de alfabetização	123	UN	R\$ 30,00	R\$ 3.690,00
7	7802.112972	1056	Dominó de divisão silábica	123	UN	R\$ 29,90	R\$ 3.677,70
8	7802.112973	1059	Dominó das quatro operações	123	UN	R\$ 30,00	R\$ 3.690,00
9	7802.112974	1070	Jogo da memória brinquedos	123	UN	R\$ 29,00	R\$ 3.567,00
10	7802.112975	1071	Jogo da memória numerais	123	UN	R\$ 34,16	R\$ 4.201,68
11	7802.113038	1721	Bingo dos números	123	UN	R\$ 89,99	R\$ 11.068,77
12	7802.112977	1074	Kit Jogos	123	KIT	R\$ 70,72	R\$ 8.698,56
13	7802.113217	1080	Kit quebra cabeças	123	KIT	R\$ 58,00	R\$ 7.134,00
14	7802.112979	1088	Sequência lógica	123	UN	R\$ 36,65	R\$ 4.507,95
15	7802.112980	1090	Tabuleiro de consciência fonológica	123	UN	R\$ 56,10	R\$ 6.900,30
16	7802.112981	1077	Mosaicos Geométricos em madeira	123	UN	R\$ 89,90	R\$ 11.057,70
17	7802.113039	1136	Instrumentos musicais infantis	82	KIT	R\$ 610,00	R\$ 50.020,00
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 173.466,49

LOTE 03 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7802.112982	1045	Blocos de construção gigante	248	Conjuntos	R\$ 168,30	R\$ 41.738,40
2	7802.113041	1046	Blocos educativos figuras	248	Conjuntos	R\$ 217,33	R\$ 53.897,84
3	7802.113042	1051	Círculos de frações	372	UN	R\$ 86,51	R\$ 32.181,72
4	7802.113044	1076	Kit Alfaméricos	248	KIT	R\$ 106,00	R\$ 26.288,00
5	7802.113046	1079	Maleta Placas sensoriais	248	UN	R\$ 199,99	R\$ 49.597,52

Protocolo nº 25.054.707-2		EDITAL (Página 16 de 67)	
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS			
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906			

6	7503.113048	1089	Sólidos geométricos em madeira	248	UN	R\$ 131,50	R\$ 32.612,00
7	7802.112983	1091	Tangram	372	UN	R\$ 78,90	R\$ 29.350,80
8	7503.112507	1098	Material Dourado	372	UN	R\$ 60,07	R\$ 22.346,04
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 288.012,32

LOTE 04 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7802.112982	1045	Blocos de construção gigante	82	Conjuntos	R\$ 168,30	R\$ 13.800,60
2	7802.113041	1046	Blocos educativoS figuras	82	Conjuntos	R\$ 217,33	R\$ 17.821,06
3	7802.113042	1051	Círculos de frações	123	UN	R\$ 86,51	R\$ 10.640,73
4	7802.113044	1076	Kit Alfanuméricos	82	KIT	R\$ 106,00	R\$ 8.692,00
5	7802.113046	1079	Maleta Placas sensoriais	82	UN	R\$ 199,99	R\$ 16.399,18
6	7503.113048	1089	Sólidos geométricos em madeira	82	UN	R\$ 131,50	R\$ 10.783,00
7	7802.112983	1091	Tangram	123	UN	R\$ 78,90	R\$ 9.704,70
8	7503.112507	1098	Material Dourado	123	UN	R\$ 60,07	R\$ 7.388,61
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 95.229,88

LOTE 5 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7604.113081	1107	Livro: "A lagartinha muito comilona"	330	UN	R\$ 68,50	R\$ 22.605,00
2	7604.113083	1108	Livro: "Quanta África tem no dia de alguém"	330	UN	R\$ 32,92	R\$ 10.863,60
3	7604.113084	1109	Livro: "E se fosse com você?"	330	UN	R\$ 42,62	R\$ 14.064,60

Protocolo nº 25.054.707-2		EDITAL (Página 17 de 67)	
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS			
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906			

4	7604.113085	1112	Livro: "Quem soltou um pum?"	330	UN	R\$ 43,89	R\$ 14.483,70
5	7604.113086	1119	Livro: O Menino Maluquinho	330	UN	R\$ 53,00	R\$ 17.490,00
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 79.506,90

LOTE 06 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7802.112984	1123	Mesa infantil didática	372	UN	R\$ 1.774,96	R\$ 660.285,12
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 660.285,12

LOTE 07 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7802.112984	1123	Mesa infantil didática	123	UN	R\$ 1.774,96	R\$ 218.320,08
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 218.320,08

LOTE 8 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	6701.56756	1135	Microfone de lapela	372	UN	R\$ 628,38	R\$ 233.757,36
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 233.757,36

LOTE 9 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	6701.56756	1135	Microfone de lapela	123	UN	R\$ 628,38	R\$ 77.290,74
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 77.290,74

Protocolo nº 25.054.707-2	EDITAL (Página 18 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS	
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	

LOTE 10 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7801.73687	1128	Bola de borracha, tamanho 8	495	UN	R\$ 27,83	R\$ 13.775,85
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 13.775,85

LOTE 11 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7802.112985	1060	KIT Fantoques de Animais Domésticos	372	KIT	R\$ 134,86	R\$ 50.167,92
2	7802.112987	1064	KIT Fantoques Higiene Bucal	372	KIT	R\$ 93,20	R\$ 34.670,40
3	7802.112988	1062	Kit fantoche pessoas	372	KIT	R\$ 275,25	R\$ 102.393,00
							Valor Máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 187.231,32

LOTE 12 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7802.112985	1060	KIT Fantoques de Animais Domésticos	123	KIT	R\$ 134,86	R\$ 16.587,78
2	7802.112987	1064	KIT Fantoques Higiene Bucal	123	KIT	R\$ 93,20	R\$ 11.463,60
3	7802.112988	1062	Kit fantoche pessoas	123	KIT	R\$ 275,25	R\$ 33.855,75
							Valor Máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 61.907,13

LOTE 13 (AMPLA CONCORRÊNCIA)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7503.113068	1722	Globo terrestre	372	UN	R\$ 180,95	R\$ 67.313,40

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 19 de 67)
--	---------------------------------

	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
	R\$ 67.313,40

LOTE 14 (EXCLUSIVO ME/EPP)							
Item	Código GMS	Ordem PCA	Descrição do Objeto	QTDE	UNID	Valor Unitário máximo	Valor Total Máximo
1	7503.113068	1722	Globo terrestre	123	UN	R\$ 180,95	R\$ 22.256,85
							Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
							R\$ 22.256,85

VALOR MÁXIMO GLOBAL (R\$): R\$ 2.702.983,80 (Dois milhões e setecentos e dois mil e novecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)
--

- 1.1.1.** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.
- 1.1.2.** A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO. Justifica-se a modalidade escolhida por garantir economicidade, competitividade e eficiência para a contratação, respeitando os princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.
- 1.1.3.** O critério de aceitabilidade de preços será o de '**Valor Máximo Global do Lote**', respeitados os valores máximos indicados nas tabelas acima. Trata-se de critério objetivo para o julgamento das propostas, evitando transtornos ao julgador do certame, posto que se demonstra economicamente mais vantajoso. O critério adotado não dispensa a observação pelos valores unitários máximos, que deverão ser respeitados para evitar o jogo de planilhas.
- 1.1.4.** Os preços deverão ser apresentados em **moeda corrente do país**, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros.
- 1.1.5.** O processo licitatório resultará na publicação de uma **Ata de Registro de Preços**, com vigência de 1 (um) ano; poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei 14.133, de 2021. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Secretaria da Educação do Paraná (SEED-PR) realizará a contratação conforme a demanda existente/necessidade da secretaria.
- 1.1.6.** Conforme estabelece o Artigo 300 do Decreto Estadual nº 10086/2022, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
- 1.1.7.** Demonstrativo no **Plano de Contratações Anual (PCA-E 2026)** da Secretaria de Estado da Educação conforme os números de ordem indicados no item 1.1 deste Termo de Referência.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 1 (AMPLA CONCORRÊNCIA) E LOTE 2 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 20 de 67)
--	---------------------------------

1- Ábacos abertos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ábaco escolar aberto; ➤ Material: madeira; ➤ Formato: argolas; ➤ Dimensões mínimas: 400mm x 380mm x 70mm; ➤ Argolas: devem ser coloridas em plástico; ➤ Deverá conter: base e 100 argolas;
2 - Alfabeto em libras	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: MDF; ➤ Deverá ser composto por 26 peças, sendo cada peça representando uma letra do alfabeto da língua portuguesa e na linguagem brasileira de sinais; ➤ Deverá possuir caixa para sua guarda.
3 - Alfabeto móvel	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: caixa degrau; ➤ Material: MDF; ➤ Dimensões mínimas cada letra: altura: 6cm, largura: 4cm e espessura: 1cm; ➤ Deverá conter no mínimo: 114 letras, sendo 6 unidades de vogais (cada) e 4 unidades de consoantes (cada); ➤ A caixa deverá possuir tampa.
4 - Alfabeto silábico	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: MDF; ➤ Deverá possuir no mínimo 150 peças; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica; ➤ Deverá possuir caixa para acondicionado; ➤ Deverá possuir sílabas e letras.
5 - Animais de encaixe	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tabuleiro de encaixe educativo; ➤ Temática: animais e filhotes; ➤ Material: MDF; ➤ Dimensões aproximadas: 19 cm de comprimento, 21cm de largura e 4,5cm de altura; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica.
6 - Dominó de alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: MDF; ➤ Deverá possuir no mínimo 26 peças; ➤ As peças com desenhos de diversos motivos; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica; ➤ Tamanho mínimo das peças: 3,5x0,7x0,5cm; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa de madeira compatível.
7 - Dominó de divisão silábica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: com divisão silábica educativa; ➤ Deverá conter no mínimo 28 peças; ➤ Material: MDF; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica ➤ Medidas mínimas das peças: 70mmx35mm; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.
8 - Dominó das quatro operações	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: com as quatro operações matemáticas; ➤ Material: MDF; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica; ➤ Medidas mínimas das peças: 70mmx35mm; ➤ Deverá conter no mínimo 28 peças; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 21 de 67)
--	---------------------------------

9 - Jogo da memória: brinquedos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tema: brinquedos; ➤ Material: MDF; ➤ Deverá conter no mínimo 40 peças; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica ➤ As peças deverão medir no mínimo: 5x5x0,3cm; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.
10 - Jogo da memória numerais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: com numerais e quantidades; ➤ Material: MDF; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica ➤ Deverá conter no mínimo 40 peças; ➤ As peças deverão ser serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica; ➤ As medidas mínimas das peças: 5x5 cm; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.
11 - Bingo dos números	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter no mínimo 12 cartelas; ➤ Deverá conter máximo de 90 bolinhas numeradas; ➤ Deverá conter globo em plástico resistente, para as bolinhas; ➤ Deverá conter bandeja para numeração sorteada, em plástico resistente; ➤ Deverá o globo conter alavanca para liberação de bolinha sorteada;
12 – Kit Jogos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Kit de jogos contendo: dama, jogo da velha, xadrez, ludo e trilha; ➤ Material: tabuleiros em madeira e peças em plástico; ➤ Composição: <ul style="list-style-type: none"> • jogo das damas: 06 peças na cor branco e 06 na cor preta, • jogo ludo: 4 peças em formato de quadrado de 4 cores diferentes, 1 dado de seis lados, • jogo xadrez em plástico: 1 rei, 1 rainha, 2 torres, 2 bispos, 2 cavalos e 8 peões nas cores branco e 8 na cor preto, • jogo trilha: 9 peças na cor verde e 9 peças na cor amarelo • jogo da velha: 5 peças em forma de x e 5 peças em forma de círculo. ➤ Cada jogo deverá possuir caixa para acondicionamento.
13 – Kit quebra cabeças	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Kit de Quebra cabeça com no mínimo 4 temas; ➤ Temas: animais, frutas e legumes, aves, sortidos; ➤ Material: madeira, ➤ Desenho com adesivo em papel; ➤ Dimensões mínimas de cada peça: 5 cm cada, quebra cabeça montado: 15 cm x 15 cm; ➤ Deverá possuir 9 peças de cada quebra cabeça. ➤ Cada jogo deverá possuir caixa para acondicionamento.
14 - Sequência lógica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tema: trânsito; ➤ Material: madeira; ➤ As peças deverão ser pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica; ➤ Deverá ser composto por no mínimo 16 peças com tamanho mínimo de 7x7; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.
15 - Tabuleiro de consciência fonológica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter no mínimo 24 fichas plastificadas; ➤ Deverá possuir bases com desenhos e fichas que correspondem aos desenhos das bases; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 22 de 67)
--	---------------------------------

16 - Mosaicos Geométricos em madeira	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tema: Mosaico ➤ Material: MDF ➤ Dimensões: 16 x 12 x 2 cm ➤ Deverá conter no mínima: 100 peças. ➤ Deverá possuir no mínimo peças geométricas (triângulos, quadrados, losangos, com espessura mínima de 3 mm. ➤ Acabamento: Superfície lixada; pintura atóxica; cores variadas e de alta durabilidade; bordas arredondadas. ➤ Base de montagem: Tabuleiro em MDF compatível com o conjunto, com superfície plana ou cavidades para montagem.
17-Instrumentos musicais infantis	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: madeira, couro e metal; ➤ Deverá conter no mínimo 9 tipos de instrumentos sendo: 1 pan- deiro de 8" com pele de couro, 1 bloco sonoro de madeira e ba- queta, 1 campanela de quatro guizos de mão, 1 campanela vinte e um guizos de cabo, 1 par de guizo pulseiras, 1 clave sonora infantil madeira, 1 casta- nhola de cabo, 1 par de maraca de cabos, 1 triângulo 15 cm com baqueta.

LOTE 3 (AMPLA CONCORRÊNCIA) E LOTE 4 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
1 - Blocos de construção gigante	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: madeira colorida; ➤ Tipo: figuras geométricas; ➤ Deverá possuir no mínimo 61 peças; ➤ As peças devem ter tamanhos mínimos de 37x28x9cm; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.
2 - Blocos educativos figuras	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tipo: Conjunto de blocos educativos de montar, destinado ao desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e criativas, permitindo a construção de figuras diversas, estruturas bidimensionais e tridimensionais, bem como letras, números, objetos e personagens simples. ➤ Quantidade mínima de peças: 1.000; ➤ Material: plástico; ➤ Cores: sortidas; ➤ Tamanhos mínimo: 3,0x3,0x1,5cm a 9,0x3,0x1,5cm; ➤ Deverá estar em embalagem para transporte.
3 - Círculos de frações	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: inteiro até a décima parte; ➤ Material: MDF; ➤ Quantidade mínima de peças: 60 peças; ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças; ➤ Deverá as peças estarem desmembradas em 10 círculos fracionários.
4 – KIT alfanuméricos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Quantidade mínima de peças: 1000; ➤ Material: plástico coloridos; ➤ Deverá conter: letras e números; ➤ Dimensões mínimas: Peças com tamanho mínimo aproximado entre 2cm e 5cm, adequadas ao manuseio infantil e a visualização em atividades coletivas; ➤ Deverá estar em embalagem para transporte. ➤ Embalagem com dimensões mínimas aproximadas de 50cm x 35cm.
5 – Maleta Placas Sensoriais	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: deverá possuir placas de feltro, de lã seguro e de alta qualidade, durável, e a prancha e seus fixadores macios e fortes; ➤ Medidas mínimas: 28 cm de comprimento, 3 cm de largura e 34 cm de altura; ➤ Tema: indiferente; ➤ Idade: para crianças acima de 3 anos.

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 23 de 67)
--	---------------------------------

6 - Sólidos geométricos em madeira	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter formas geométricas: cilindro, cubo, esfera, pirâmide quadrangular; ➤ Quantidade mínima 11 peças; ➤ Material: madeira; ➤ Cor: indiferente.
7 -Tangram	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Deverá conter no mínimo 70 peças; ➤ Material: madeira; ➤ Deverá ser pintado com tinta atóxica; ➤ Deverá ser composto por 10 conjuntos de 7 figuras geométricas, formando um quadrado base de 14 cm (mínimo); ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.
8 – Material Dourado	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: Madeira de Alta Qualidade ➤ Deverá ser pintado com tinta atóxica; ➤ Deverá ser composto no mínimo por: 500 peças; ➤ Sendo: 500 peças representando Unidade 100 peças representando Dezena, 10 peças representando Centena, 1 peça representando Milhar ➤ Deverão estar acondicionadas em caixa em MDF compatível com as peças.

LOTE 5 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
1 - Livro: "A lagartinha muito comilona"	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autor: Eric Carle; ➤ Tipo de narração: conto, idioma: português, ano de publicação: 2011; ➤ ISBN 9788574167794.
2 - Livro: "Quanta África tem no dia de al- guém"	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autora: Renata Fernandes; ➤ Tipo de narração: conto, idioma: português, ano de publicação: 2022; ➤ ISBN 09786526103296.
3 - Livro: "E se fosse com você?"	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autora: Sandra Saruê; ➤ Tipo de narração: conto, idioma: português, ano publicação: 2007; ➤ ISBN 9788506057513
4 - Livro: "Quem soltou um pum?"	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autora: Blandina Franco; ➤ Tipo de narração: conto, idioma: português, ano publicação 2010; ➤ ISBN 9788574064468.
5 - Livro: "O Menino Maluquinho"	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autor: Ziraldo; ➤ Tipo de narração: conto, idioma: português ano de publicação: 2023; ➤ ISBN 09786555395655.

LOTE 6 (AMPLA CONCORRÊNCIA) E LOTE 7 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
1 - Mesa infantil didática	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: Montessoriana quadrada com 4 cadeiras coloridas; ➤ Material: MDF; ➤ Deverá ser pintada com tinta epóxi atóxica; ➤ Tamanho: 60 x 60 x 60 centímetros.

LOTE 8 (AMPLA CONCORRÊNCIA) E LOTE 9 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 24 de 67)
--	---------------------------------

1 - Microfone de lapela	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tipo de conexão: lightning (ios); ➤ Frequência mínima: 24Hz; ➤ Distância de transmissão: mínimo 20m máximo 30m; ➤ Tipo de alimentação: bateria recarregável; ➤ O equipamento deverá conter receptor, microfone sem fio e cabo Usb para carregamento.
-------------------------	--

LOTE 10 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
1 - Bola de borracha, tamanho 8	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bola infantil escolar, tamanho 8; ➤ Material: borracha natural e poli butadieno; ➤ Dimensões aproximadas: diâmetro 13,1 cm e circunferência de 40,9cm, peso: 260 gramas

LOTE 11 (AMPLA CONCORRÊNCIA) E LOTE 12 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
01 – KIT Fantoques de Animais Domésticos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: feltro; ➤ Modelo: animais domésticos; ➤ Com no mínimo 10 animais, podendo ser: porco, pato, cachorro, gato, joaninha, galinha, vaca, burro, coelho e passarinho (os animais podem ser substituídos por outros desde que completem 10 unidades o kit) ➤ Medidas mínimas das peças: 30 x 18 x 1 cm.
02 - KIT Fantoques Higiene Bucal	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: feltro; ➤ Modelo: higiene bucal; ➤ Com no mínimo 4 personagens, sendo: dentista, dente, pasta dental e escova de dentes; ➤ Medidas mínimas das peças: 35 a 39 cm de altura.
03 - Kit fantoche pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Material: feltro; ➤ Modelo: pessoas; ➤ Com no mínimo 6 personagens, sendo: mulher, pai, menino, menina, idoso e idosa; ➤ Medidas mínimas das peças: 35 a 39 cm de altura.

LOTE 13 (AMPLA CONCORRÊNCIA) E LOTE 14 (EXCLUSIVO ME/EPP)	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
1 – Globo terrestre	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Modelo: divisão política; ➤ Dimensões mínimas: 0,32cm x 0,33cm x 0,32cm; ➤ Deverá conter base para o globo; ➤ Deverá ter garantia de 12 meses; ➤ Material: polietileno de alto impacto; ➤ Deverá ser colorido; ➤ Deverá ter informações atualizadas com países, capitais, mares, oceanos, montanhas dorsais entre outras informações; ➤ Cor da base: indiferente.

1.2.1. As especificações técnicas foram definidas pela área demandante nos Estudos Técnicos Preliminares com base em requisitos mínimos de desempenho e qualidade necessários ao atendimento das demandas pedagógicas e operacionais, não tendo por objetivo restringir a competitividade do certame. Dessa forma, serão admitidos equipamentos e soluções equivalentes que atendam

integralmente às características técnicas exigidas, ainda que apresentem variações de marca, modelo ou configuração, desde que comprovada a sua equivalência técnica.

1.2.2. As especificações técnicas deste edital estabelecem as características mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados. As empresas Licitantes deverão obrigatoriamente descrever e detalhar todos os seus equipamentos, acessórios, partes e componentes em sua proposta comercial devendo todas as suas características serem comprovadas em catálogos apresentados. Deve ainda, informar obrigatoriamente marca e modelo, quando aplicável, de todos esses.

1.2.3. Os utensílios a serem adquiridos não demandam instalação por parte do (s) fornecedor(es).

1.2.4. Para os mobiliários dos Lote 6 e 7 (mesa infantil didática) em caso de serem entregues desmontados, deverá a CONTRATADA, em até **20 dias úteis**, providenciar a montagem do item na escola.

1.2.5. Os mobiliários dos Lote 6 e 7 (mesa infantil didática) em caso de entrega montada, deverá estar devidamente embalada e sem avarias na sua entrega. Em caso de qualquer avaria, a CONTRATADA deverá em até **20 dias úteis** providenciar a troca do item com defeito por um novo item igual ao que consta no contrato.

1.2.6. A Contratada deverá fornecer os itens duráveis e com facilidade de manutenção. Os itens devem contar com assistência técnica autorizada no país, com garantia mínima de 12 meses (a contar da assinatura contratual). Ressalta-se que a responsabilidade pela manutenção dos itens não recai sobre a empresa vencedora do certame, mas sim sobre a rede de assistência técnica autorizada do fabricante, conforme previsto nas condições de garantia.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e - CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/SEAP — órgão responsável. Desse modo, não foi possível a utilização deste na padronização na presente contratação. Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que essas são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto, ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4. DO FORNECIMENTO

1.4.1. A entrega dos itens deverá ser realizada no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a assinatura contratual.

1.4.2. Os produtos deverão ser entregues acompanhados das respectivas Notas Fiscais e informações sobre o prazo de garantia ofertado pelo fornecedor.

1.4.3. Os produtos entregues deverão ser novos, de primeiro uso, íntegros, com embalagem intacta no momento da entrega, sem qualquer tipo de avaria ou sujidades, devendo constar na embalagem ou no catálogo do produto todas as informações essenciais constantes na descrição dos itens, sob pena de ser recusado no momento do recebimento.

1.4.4. Observar o item 9 deste documento para demais considerações sobre a entrega, recebimento provisório e definitivo.

1.5. AMOSTRAS

1.5.1. O licitante classificado detentor da melhor proposta, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação, a amostra do item por meio do catálogo eletrônico para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes do Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no e-mail: closeed@fundepar.pr.gov.br (juntamente com os documentos de habilitação, Anexo II, deste Edital)

1.5.2. Compete ao órgão/entidade, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a partir do recebimento das amostras, examiná-las e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.2.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a)

Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **20 (vinte) dias úteis** contados da solicitação.

1.5.3. Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.4. Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.5. Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6. O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7. Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.8. No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.4 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9. O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10. O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11. As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12. O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13. As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14. As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15. A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16. O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.5.17. As amostras devem estar devidamente identificadas, tanto na embalagem primária como a secundária, com número do Pregão, nº do lote, dados do proponente, conforme quantidade especificada no edital.

1.5.18. Amostras sem identificação ou em quantidades menores ou em desacordo com o descritivo técnico do edital, prejudicam o trabalho de avaliação técnica, podendo incorrer em desclassificação.

1.5.19. As embalagens devem conter na sua parte externa impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, tamanho, procedência, data de fabricação, validade, lote.

1.5.20. A amostra deve ser entregue no endereço e no prazo indicados no item 1.5.1.

1.5.21. A não entrega da amostra no prazo estabelecido implicará desclassificação automática do arrematante.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Do objetivo da contratação:

2.1.1. A formação de docentes exige não apenas o domínio de conteúdos teóricos, mas também o desenvolvimento de competências práticas e pedagógicas que permitam ao futuro professor atuar de maneira efetiva e inovadora em sala de aula. Nesse contexto, a criação de um laboratório de aprendizagem - brinquedoteca no âmbito do Curso Técnico em Formação de Docentes representa uma estratégia fundamental no que diz respeito à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental.

2.1.2. O laboratório de aprendizagem - brinquedoteca é um espaço pedagógico planejado para oferecer aos alunos oportunidades de vivenciar experiências lúdicas, explorando diferentes tipos de brinquedos, jogos e materiais educativos. Ao investir na aquisição de itens para compor esse ambiente, o curso de formação de docentes proporciona aos futuros professores a possibilidade de compreender, na prática, o papel do brincar no desenvolvimento integral da criança. O brincar é reconhecido como uma atividade essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico, conforme apontam diversos estudos na área da educação. Por meio do brincar, a criança aprende a resolver problemas, a se comunicar, a trabalhar em grupo, a expressar sentimentos e a construir conhecimentos de forma significativa.

2.1.3. Do ponto de vista pedagógico, o laboratório de aprendizagem - brinquedoteca permite que os estudantes do curso de formação de docentes experimentem e reflitam sobre diferentes metodologias de ensino, adaptando-as às necessidades e características dos alunos. Ao manipular brinquedos e jogos, os futuros professores podem planejar atividades que estimulem a criatividade, a autonomia e o pensamento crítico das crianças. Além disso, o laboratório de aprendizagem - brinquedoteca favorece a inclusão, pois oferece recursos que atendem a diferentes estilos de aprendizagem e necessidades especiais, promovendo um ambiente acolhedor e democrático.

2.1.4. A aquisição de itens para o laboratório de aprendizagem - brinquedoteca também contribui para a formação continuada dos docentes, uma vez que possibilita a atualização constante dos materiais disponíveis, acompanhando as tendências e inovações do campo educacional. Brinquedos pedagógicos, jogos de tabuleiro, materiais de construção e livros interativos são exemplos de itens que podem enriquecer o acervo do laboratório de aprendizagem, ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica. Dessa forma, o investimento em um laboratório de aprendizagem - brinquedoteca não se limita ao benefício imediato dos alunos do curso, mas impacta diretamente a qualidade da educação oferecida às crianças que serão atendidas por esses futuros professores.

2.1.5. Além disso, o laboratório de aprendizagem - brinquedoteca fortalece o vínculo entre teoria e prática, permitindo que os futuros docentes experimentem, avaliem e aprimorem estratégias de ensino em um ambiente controlado e seguro. Essa integração é fundamental para superar a fragmentação entre o saber acadêmico e a realidade escolar, promovendo uma formação mais completa e alinhada às demandas contemporâneas da educação. Ao vivenciar situações reais de interação com brinquedos e jogos, os estudantes desenvolvem habilidades de planejamento, organização, mediação e avaliação, que serão indispensáveis em sua atuação profissional.

2.1.6. Em termos de impacto social, a formação de docentes capacitados para utilizar o brincar como recurso pedagógico contribui para a promoção de uma educação mais humanizada, inclusiva e significativa. O acesso a um laboratório de aprendizagem - brinquedoteca bem equipada permite que os futuros professores compreendam a importância de respeitar o tempo, o ritmo e as particularidades de cada criança, valorizando a diversidade e promovendo o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Dessa forma, a aquisição de itens para o laboratório de aprendizagem - brinquedoteca representa um investimento estratégico na qualidade da formação docente e, conseqüentemente, na melhoria dos processos educativos oferecidos à sociedade.

2.1.7. Pelo exposto a justificativa para a compra de itens destinados à formação de um laboratório de aprendizagem - brinquedoteca para o Curso Técnico em Formação de Docentes está fundamentada na necessidade de proporcionar aos futuros professores experiências práticas e significativas, que favoreçam o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais para a atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O laboratório de aprendizagem - brinquedoteca constitui-se como um espaço privilegiado para o estudo, a pesquisa, a experimentação e a reflexão sobre o brincar e suas múltiplas possibilidades educativas, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados, sensíveis e comprometidos com a construção de uma escola mais acolhedora, inovadora e inclusiva.

2.2. Justificativa para adoção do procedimento auxiliar de Registro de Preços:

2.2.1. O planejamento da área demandante prevê o atendimento inicial de até 80 (oitenta escolas) em 2026, modelagem de expansão pedagógica da Rede Estadual de Educação Profissional visa alcançar a marca de 150 (cento cinquenta e três) escolas integradas ao longo da vigência da ata.

2.2.2. Essa característica atrai a incidência direta do art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que orienta a adoção do SRP quando a contratação for conveniente para o atendimento a mais de um órgão, entidade, ou por diferentes unidades integradas de uma mesma pasta. O registro de preços confere a capilaridade necessária para suprir dezenas de laboratórios distribuídos geograficamente, sem a necessidade de abertura de múltiplos e ineficientes processos individuais de compra.

2.2.3. O SRP se mostra indispensável por sua natureza jurídica de contratação de eficácia diferida: a Administração firma a Ata de Registro de Preços, mas as aquisições efetivas ficam rigorosamente condicionadas à real disponibilidade orçamentária e financeira ao longo do exercício. Isso cumpre as diretrizes de responsabilidade fiscal e economicidade, visto que o a área não fica obrigada a adquirir itens além da sua capacidade orçamentária momentânea, evitando o risco de desabastecimento ou de empenhos sem lastro financeiro.

2.2.4. A utilização do Sistema de Registro de Preços, portanto, não é mera discricionariedade, mas uma escolha técnica que atende de forma cabal aos incisos do art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022. A ferramenta concilia a grandiosa escala de atendimento da rede (com potencial de ultrapassar 100 escolas) com a prudência fiscal exigida pelo controle orçamentário, garantindo eficiência, economicidade e a devida integração entre a gestão administrativa e as metas pedagógicas da EPT no Paraná.

2.3. Da estimativa de quantidades:

2.3.1. A aquisição de utensílios e mobiliários, tem como objetivo central fortalecer o processo pedagógico nas escolas da rede pública estadual, garantindo que todas as unidades ofertantes sejam contempladas. Os materiais serão destinados às escolas ofertantes do Curso Técnico em Formação de Docentes, da rede pública estadual, promovendo ambientes de aprendizagem mais ricos e adequados às necessidades dos estudantes. As quantidades foram definidas considerando o número de escolas e de turmas distribuídas nos diferentes municípios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

MUNICÍPIO	CÓD. MEC	ESTABELECIMENTO	CURSO	MATRÍCULAS	TURMAS
APUCARANA	41025997	NILO CAIRO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	24	1
ARAPONGAS	41026586	EMILIO DE MENEZES, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	23	1
FAXINAL	41034716	ERICO VERISSIMO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES INTEGRAL	38	1
MARILANDIA SUL	41027833	ANGELO CASAGRANDE, C E PE-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
MAUA DA SERRA	41028066	JOAO PLATH, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	27	1
ALM. TAMANDARE	41156919	THEODORO DE BONA, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	27	1
BOCAIUVA DO SUL	41532090	QUIELSE C DA SILVA, C E CON-EF M P N	FORMACAO DE DOCENTES	21	1
CERRO AZUL	41120779	ISABEL, C E PRINC-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	37	1
COLOMBO	41125649	ABRAHAM LINCOLN, C E PRES-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	24	1
ITAPERUCU	41354478	BEDA MARIA, C E FR-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	20	1
PINHAIS	41135610	ARNALDO F BUSATO, C E DEP-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	62	2
PINHAIS	41135938	SPRENGER, C E TEN-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	32	1

Protocolo nº 25.054.707-2	EDITAL (Página 29 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS	
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	

PIRAQUARA	41373472	GILBERTO A DO NASCIMENTO, C E DR-EFMNP	FORMACAO DE DOCENTES	41	1
RIO BRANCO SUL	41136845	MARIA DA LUZ FURQUIM, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
ARAUCARIA	41123662	JULIO SZYMANSKI, C E PROF-E F M P N	FORMACAO DE DOCENTES	74	2
CAMPO LARGO	41125541	SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	72	2
FAZ RIO GRANDE	41134605	JORGE ANDRIGUETTO, C E DES-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	38	1
FAZ RIO GRANDE	41148711	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EF M P	FORMACAO DE DOCENTES	33	1
MANDIRITUBA	41135334	JOAQUIM DE O FRANCO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
S JOSE PINHAIS	41137558	COSTA VIANA, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	40	1
S JOSE PINHAIS	41137671	SAO CRISTOVAO, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
S JOSE PINHAIS	41138449	TIRADENTES, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
ASSIS CHATEAUBRIAND	41063635	CHATEAUBRIANDENSE, C E-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	28	1
BARBOSA FERRAZ	41014880	MACHADO DE A BARBOSA FERRAZ, C E - E M N	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
CAMPO MOURAO	41015681	IVONE S CASTANHARO, C E PROF-EFMNP	FORMACAO DE DOCENTES	33	1
CAMPO MOURAO	41015703	CAMPO MOURAO, C E DE-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
ENG BELTRAO	41016254	ANTONIO VIEIRA, C E PE-EF M PROF NORMAL	FORMACAO DE DOCENTES	22	1
CASCADEL	41072308	WILSON JOFFRE, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
CORBELIA	41072626	AMANCIO MORO, C E C-M-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	23	1
GUARANIACU	41073100	ANTONIO F F COSTA, C E DES-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
T BARRAS DO PR	41075412	IZABEL, C E PRINC-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	28	1
VERA C DO OESTE	41079515	VITAL BRASIL, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	18	1
CIDADE GAUCHA	41009533	COSTA E SILVA, C E MAL-EF M PROF NORMAL	FORMACAO DE DOCENTES	33	1
SAO TOME	41010540	SANTOS DUMONT, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	47	2
TAPEJARA	41010752	SANTANA DE TAPEJARA, C E-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
TERRA BOA	41018753	HELENA KOLODY, C E-EM PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
CONGONHINHAS	41043642	AIDES N DA SILVA, C E PROF-EF M N PROF	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
CORN PROCOPIO	41044126	CRISTO REI, C E-NORMAL PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	64	2
LEOPOLIS	41044940	MARIA J P SOUZA, C E-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	16	1
S JERON SERRA	41041739	JOSE F DE MELLO, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	28	1
S SEB AMOREIRA	41042077	JERONIMO ONUMA, C E PE-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	23	1

Protocolo nº 25.054.707-2
EDITAL (Página 30 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

CURITIBA	41127650	BENEDICTO J CORDEIRO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	33	1
CURITIBA	41129130	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	81	3
CURITIBA	41129490	FRANCISCO ZARDO, C E PROF-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	31	1
CURITIBA	41132220	PAULO LEMINSKI, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	57	2
CURITIBA	41133102	SANTA CANDIDA, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	37	1
DOIS VIZINHOS	41084772	LEONARDO DA VINCI, C E C-M-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	24	1
SALTO LONTRA	41089065	MARIA MARGARIDA, C E IREM N P	FORMACAO DE DOCENTES	36	1
S JORGE D OESTE	41089944	JOSE DE ANCHIETA, C E PE- EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	19	1
FOZ DO IGUAU	41075994	ARNALDO BUSATTO, C E DR-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
FOZ DO IGUAU	41076389	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	31	1
FOZ DO IGUAU	41076770	RIO BRANCO, C E BAR DO-EF M N PROF	FORMACAO DE DOCENTES	100	4
FOZ DO IGUAU	41076869	TANCREDO DE A NEVES, C E C-M-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
MATELANDIA	41077172	EUCLIDES DA CUNHA, C E-E F M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
MEDIANEIRA	41077733	JOAO M MONDRONE, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	32	1
MISSAL	41527844	EDUARDO MICHELIS, C E PE-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
STA TER ITAIPU	41078721	MANOEL KONNER, C E D-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
S MIG IGUAU	41078900	CASTELO BRANCO, C E C-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
AMPERE	41352564	NEREU PERONDI, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
BELA V. CAROBA	41081013	SANTO ANTAO, C E-E F M N	FORMACAO DE DOCENTES	31	1
CAPANEMA	41080530	ROCHA POMBO, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	33	1
FRANC BELTRAO	41086201	MARIO DE ANDRADE, C E-EF M N PROF	FORMACAO DE DOCENTES	57	2
MARMELEIRO	41087151	TELMO OCTAVIO MULLER, C E-EF N	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
PRANCHITA	41081943	JULIO GIONGO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
REALEZA	41082290	DOZE DE NOVEMBRO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	31	1
STA IZABEL OEST	41082990	GUILHERME DE ALMEIDA, C E-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
STO A SUDOESTE	41089251	ANTONIO SCHIEBEL, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	22	1
VERE	41090381	ARNALDO BUSATO, C E-E F M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	19	1
GOIOERE	41012143	CAXIAS, C E DQ DE-EF EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	41	1
MARILUZ	41006836	JOSE A DE ALMEIDA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	21	1
GUARAPUAVA	41100476	GUARAPUAVA, C E VISC DE-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	40	1

Protocolo nº 25.054.707-2	EDITAL (Página 31 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS	
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	

PINHAO	41104439	MARIO EVALDO MORSKI, C E PROF-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	38	1
INACIO MARTINS	41101820	PARIGOT DE SOUZA, C E C-M-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	19	1
IRATI	41112970	ANTONIO X DA SILVEIRA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
PRUDENTOPOLIS	41112490	VILA NOVA, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
REBOUCAS	41114442	JULIO CESAR, C E PROF-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
RIO AZUL	41114728	CHAFIC CURY, C E DR-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
CANDIDO ABREU	41036085	CANDIDO DE ABREU, C E DR-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
IVAIPORA	41037383	BARBOSA FERRAZ, C E-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	27	1
MANOEL RIBAS	41039157	RENI C GAMPER, C E PROFA-E M P N	FORMACAO DE DOCENTES	27	1
ABATIA	41042670	RUI BARBOSA, C E -EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	21	1
CARLOPOLIS	41050835	CAROLINA LUPION, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	37	1
RIB DO PINHAL	41045548	HERMINIA LUPION, C E-EF M N PROF	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
STO ANT PLATINA	41048660	RIO BRANCO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
JAGUAPITA	41020073	NILSON RIBAS, C E DR-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
LONDRINA	41031318	INST ED E DE LONDRINA-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
PRIMEIRO MAIO	41022050	CASTELO BRANCO, C E MAL-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	22	1
MANDAGUARI	41023188	VERA CRUZ, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
PAICANDU	41024982	PAICANDU, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
NOVA LONDRINA	41001508	ARY J DRESCH, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
PLANALTINA PR	41002687	ARTHUR DA C SILVA, C E MAL-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
GUARAQUECABA	41139186	MARCILIO DIAS, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
GUARATUBA	41139623	GRATULINO DE FREITAS, C E-EF M N PROF	FORMACAO DE DOCENTES	50	2
MORRETES	41140311	ROCHA POMBO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
PARANAGUA	41140516	INST E ED DR CAETANO M ROCHA-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	97	3
PONTAL PARANA	41373375	MARIA HELENA T LUCIANO, C E PROF-EF MNP	FORMACAO DE DOCENTES	31	1
NOVA ESPERANCA	41020820	SAO VICENTE DE PAULA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	32	1
PARAISO NORTE	41001745	PARAISO DO NORTE, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
PARANACITY	41001869	ANTONIO TORTATO, C E-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
PARANAVAI	41002415	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	22	1

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 32 de 67)
--	---------------------------------

TERRA RICA	41003969	JAMES P CLARK, C E-EM N	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
CHOPINZINHO	41091221	JOSE ARMIM MATTE, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	18	1
CEL. D. SOARES	41109244	SANTA CATARINA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
CORONEL VIVIDA	41091710	ARNALDO BUSATO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
MANGUEIRINHA	41108272	MISAE F ARAUJO, C E CEL-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	23	1
PALMAS	41108701	CARLOS, C E D-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	21	1
PATO BRANCO	41093518	PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	32	1
PITANGA	41155190	CENTRO EST ED PROFIS PF MIGUEL C PAROLO	FORMACAO DE DOCENTES	20	1
CASTRO	41060911	VESPASIANO C MELLO, C E MJR-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
PALMEIRA	41060997	ALBERTO GONCALVES, C E D-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
PIRAI DO SUL	41058810	JORGE Q NETTO, C E-EF M P N	FORMACAO DE DOCENTES	32	1
PONTA GROSSA	41062272	INST ED E PROF CESAR P MARTINEZ-F M N P	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
PONTA GROSSA	41062450	ELZIRA C DE SA, C E PROFA-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
PONTA GROSSA	41063287	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	28	1
TELEMACO BORBA	41056639	WOLFF KLABIN, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
GUAIRA	41064887	ROOSEVELT, C E PRES-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	34	1
MAL CAND RONDON	41065387	ERON DOMINGUES, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	36	1
SANTA HELENA	41067061	HUMBERTO DE A C BRANCO, C E-M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
TOLEDO	41068394	CASTELO BRANCO, C E PRES-EM N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
ALTO PIQUIRI	41004590	JOAO XXIII, C E PAPA-E M N PROF	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
ALTONIA	41004400	MALBA TAHAN, C E-EF M N P	FORMACAO DE DOCENTES	31	1
CRUZEIRO OESTE	41004957	ANCHIETA, C E C-M-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	30	1
PEROLA	41007131	NESTOR VICTOR, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	28	1
UMUARAMA	41007670	BENTO MOSSURUNGA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	32	1
BITURUNA	41115635	SANTA BARBARA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	25	1
CRUZ MACHADO	41115937	CERRO AZUL, C E BAR DO-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	24	1
GAL CARNEIRO	41116895	PEDRO ARAUJO NETO, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	21	1
SAO MATEUS SUL	41119860	SAO MATEUS, C E-EF M PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	35	1
UNIAO D VITORIA	41118430	TULIO DE FRANCA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
ARAPOTI	41057872	RUI BARBOSA, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	23	1

Protocolo nº 25.054.707-2 Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906	EDITAL (Página 33 de 67)
--	---------------------------------

SENGES	41059255	COSTA E SILVA, C E PRES- EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	17	1
WENCESLAU BRAZ	41053702	SEBASTIAO PARANA, C E DR-EM PROFIS N	FORMACAO DE DOCENTES	39	1
CANTAGALO	41099133	OLAVO BILAC, C E-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	18	1
QUEDAS IGUACU	41106075	SIGISMUNDO, C E PE-EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	23	1
QUEDAS IGUACU	41389778	CHICO MENDES, C E C-EI EF M N PROFIS	FORMACAO DE DOCENTES	15	1
RIO B IGUACU	41365879	IRACI S STROZAK, C E DO C-EI EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	14	1
FIGUEIRA	41049322	ALVINA PRESTES, C E PROF-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	13	1
IBAITI	41049500	ALDO DALLAGO, C E-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	21	1
PINHALAO	41050410	LEONARDO F NOGUEIRA, C E-E M N	FORMACAO DE DOCENTES	26	1
SIQUEIRA CAMPOS	41052684	SEGISMUNDO A NETTO, C E C-M PROF-EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	29	1
MANOEL RIBAS	41378180	GREGORIO KAEKCHOT, C E I CAC-EI EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	14	1
MANOEL RIBAS	41378180	GREGORIO KAEKCHOT, C E I CAC-EI EF M N	FORMACAO DE DOCENTES	22	1
TERRA ROXA	41153081	CENTRO EST EDUC PROFIS PAULO R SOUZA	FORMACAO DE DOCENTES	9	1

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A solução proposta para o ensino prático em Laboratório de Aprendizagem no Curso Técnico em Formação de Docentes é fundamentada na integração entre teoria e prática, visando preparar futuros professores para os desafios reais da sala de aula. O ensino em laboratório, nesse contexto, não se limita apenas à experimentação de técnicas pedagógicas, mas envolve também a reflexão crítica sobre os processos de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a capacidade de adaptação a diferentes cenários educacionais.

3.2. O primeiro aspecto a ser destacado é a importância do Laboratório de Aprendizagem como espaço de aprendizagem ativa. Diferente das aulas expositivas tradicionais, o Laboratório de Aprendizagem permite que os estudantes vivenciem situações concretas, simulem práticas pedagógicas e experimentem diferentes metodologias de ensino. Por exemplo, ao planejar e executar uma atividade de alfabetização, os futuros docentes podem observar diretamente como as crianças respondem a diferentes abordagens, ajustando suas estratégias conforme necessário. Essa vivência prática é essencial para consolidar o conhecimento teórico adquirido nas disciplinas do curso.

3.3. Além disso, o ensino em Laboratório de Aprendizagem favorece o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício da docência. Entre elas, destacam-se a capacidade de comunicação, o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade. Ao trabalhar em grupos para planejar e aplicar atividades, os estudantes aprendem a negociar ideias, dividir responsabilidades e lidar com imprevistos, habilidades que serão fundamentais em sua atuação profissional. O Laboratório de Aprendizagem também é um ambiente propício para o desenvolvimento da empatia, pois permite que os futuros professores se coloquem no lugar dos alunos e compreendam suas necessidades e dificuldades.

3.4. Outro ponto relevante é a possibilidade de utilizar os materiais didáticos diversificados no laboratório. O acesso a jogos pedagógicos e materiais manipulativos amplia as possibilidades de ensino e estimula a inovação.

3.5. No contexto do Curso Técnico em Formação de Docentes, o ensino prático em Laboratório de Aprendizagem é estruturado de forma a contemplar diferentes áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. Cada área possui suas especificidades e demanda abordagens pedagógicas diferenciadas. Por exemplo, no ensino de Matemática, os futuros

professores podem utilizar materiais concretos, como blocos lógicos e ábacos, para facilitar a compreensão de conceitos abstratos.

3.6. Já no ensino de Ciências, o Laboratório de Aprendizagem permite a realização de experimentos simples, como a observação da germinação de sementes ou a análise da densidade de líquidos, promovendo o desenvolvimento do pensamento científico e da capacidade de investigação. Em História e Geografia atividades como a construção de maquetes, mapas e linhas do tempo ajudam os alunos a visualizar e compreender conceitos espaciais e temporais.

3.7. A avaliação das atividades realizadas em Laboratório de Aprendizagem (brinquedoteca) também é um elemento central da solução proposta. Ela deve ser contínua e formativa, permitindo que os estudantes recebam feedback sobre seu desempenho e identifiquem pontos de melhoria. A autoavaliação e a avaliação entre pares são estratégias que podem ser utilizadas para estimular a reflexão e o desenvolvimento da autonomia. Além disso, o registro das atividades em portfólios contribui para a sistematização do aprendizado e facilita o acompanhamento do progresso dos estudantes ao longo do curso.

3.8. Por fim, é importante ressaltar que o ensino prático em Laboratório de Aprendizagem no Curso Técnico em Formação de Docentes contribui para a construção de uma identidade profissional sólida. Ao vivenciar situações reais e refletir sobre sua prática, os futuros professores desenvolvem uma postura ética, crítica e comprometida com a qualidade da educação. Eles aprendem a valorizar o trabalho colaborativo, a respeitar a diversidade e a buscar soluções criativas para os desafios do cotidiano escolar.

3.9. A solução apresentada para o ensino prático em Laboratório de Aprendizagem integra teoria e prática, promove o desenvolvimento de competências essenciais, estimula o uso de recursos tecnológicos e materiais didáticos diversificados, contempla diferentes áreas do conhecimento e valoriza a avaliação formativa. Dessa forma, contribui para a formação de docentes preparados para atuar de maneira eficaz, inovadora e responsável na educação básica.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Conforme mapa de preços, acostado à fls. 1844 a 1848, mov. 313, válido de 01/04/2026 a 01/10/2026 do protocolo em epígrafe, foi realizada ampla pesquisa de preços para os objetos no período de 25/02/2026 e 01/04/2026.

4.2. Foi realizada ampla pesquisa de preços, nas diversas fontes disponíveis, conforme dispõe o art. 368º do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo:

4.2.1. Foi realizada Pesquisas de Preço via Sistema de Gestão de Materiais e Serviços: sem cotação retornada.

Foi realizada a pesquisa no GMS, não sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo.

4.2.2. Foi realizada a pesquisa de Preço Registrado, não sendo localizados objetos semelhantes solicitado no protocolo.

4.2.3. Foi realizada a pesquisa no PNCP, não sendo localizado objeto semelhante solicitado no protocolo.

4.2.4. Foi realizada a pesquisa em endereços eletrônicos (Home Page), sendo localizados os itens solicitados.

4.2.5. Foi realizada a pesquisa no Portal de transparência Paraná, sendo localizados objetos semelhantes aos solicitados no protocolo.

4.2.6. Foi realizada a pesquisa no Portal de Painel de Preço, sendo localizados objetos semelhantes aos solicitados no protocolo.

4.2.7. Foi realizada a pesquisa no portal Nota Fiscal Federal e Menor Preço, não sendo localizados objetos semelhantes aos solicitados no protocolo.

4.3. Conforme consta no Mapa de Preços, na fixação do valor estimado foi adotado como critério a MEDIANA que apresenta Coeficiente de Variação médio variável por lote, sendo esta escolha mais econômica para a Administração Pública, em decorrência dos resultados da pesquisa de preços se apresentar de forma Heterogênea.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. O parcelamento da aquisição está dividido em 14 lotes, estruturados por similaridade de itens, tem como principal objetivo ampliar a disputa entre os participantes do certame. Ao agrupar itens

semelhantes em cada lote, favorece-se a participação de empresas especializadas, inclusive de menor porte, que podem competir de forma mais efetiva em segmentos específicos. Essa abordagem estimula a concorrência, potencializando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração. Além disso, a divisão por similaridade facilita a análise técnica das propostas e a gestão dos contratos, promovendo maior eficiência e transparência no processo de contratação.

5.2. Lotes de ampla concorrência: 1 (um), 3 (três), 6 (seis), 8 (oito), 11 (onze) e 13 (treze).

5.3. Lotes exclusivos para Microempresas/Empresas de Pequeno Porte – Cota de até 25% do quantitativo pretendido: 2 (dois), 4 (quatro), 7 (sete), 9 (nove), 12 (doze) e 14 (quatorze).

5.4. Lotes exclusivos Microempresas/Empresas de Pequeno Porte – Valor total até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais): 5 (cinco) e 10 (dez).

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Conforme disposto no Art. 362 do Decreto Estadual 10.086/2022, no caso de aquisição de bens a Administração deverá prever que o contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

6.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR 10.004/2004, que estabelece os critérios de classificação de resíduos sólidos considerando seus riscos à saúde pública e ao meio ambiente. A empresa deve seguir as diretrizes gerais da norma para o gerenciamento adequado desses resíduos, como:

6.1.1.1. Identificação do risco: o material que se pretende reciclar deve ser classificado de acordo com a ABNT NBR 10.004/2004 para determinar se ele apresenta características perigosas, como inflamabilidade, corrosividade ou toxicidade.

6.1.1.2. Classificação em Classe I: Se o resíduo apresentar riscos, ele será classificado como Resíduo Perigoso (Classe I).

6.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Deverá ser observado o benefício previsto no artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, concedendo às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação na hipótese de empate, assim como preferência para subcontratação, conforme inciso II do artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.2. Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) foram destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

7.2.1. Lotes exclusivos até R\$ 80.000,00: **5 (cinco) e 10 (dez).**

7.3. Nos lotes com valor acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, foram estabelecidas cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo pretendido para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas.

7.3.1. Lotes exclusivos com cota até 25% do quantitativo: **2 (dois), 4 (quatro), 7 (sete), 9 (nove), 12 (doze) e 14 (quatorze).**

7.4. Lotes de ampla concorrência: **1 (um), 3 (três), 6 (seis), 8 (oito), 11 (onze) e 13 (treze).**

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1. Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1. O prazo de entrega do material licitado deverá iniciar com a entrega do objeto técnico, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do termo contratual, no endereço das escolas constantes no Anexo I.

9.2. Os bens serão recebidos **provisoriamente** no prazo de **15 (quinze) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. Os produtos deverão ser entregues acompanhados das respectivas Notas Fiscais, contendo informações sobre o prazo de garantia ofertado pelo fornecedor.

9.5. Os bens serão recebidos **definitivamente** no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo I, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8. Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendizes, conforme estabelecido pela legislação trabalhista brasileira e na Lei Federal 14.133/2021, artigo 92, inciso XVII.

10.1.10.1. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

10.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **Secretaria de Estado da Educação - SEED, CNPJ 76.416.965/0001-21, Avenida Presidente Kennedy nº. 2.511, Guaíra, Curitiba/PR, CEP 80.610-011**, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: Conforme valor total de cada lote, item 1.1.

12.4.1.1. O critério adotado não dispensa a observação pelos valores unitários máximos, que deverão ser respeitados para evitar o jogo de planilhas.

12.5. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7. É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por um termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. A não exigência de garantia contratual se justifica com base na análise de que tal medida pode impactar negativamente as propostas, restringindo a competitividade ao elevar os custos para os licitantes e, possivelmente, limitando a participação de fornecedores qualificados.

15.1.2. A ausência de garantia busca fomentar a maior participação no certame, promovendo um ambiente mais competitivo e vantajoso para a administração pública.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens.

16.2. O prazo mínimo de garantia técnica, é aquele constante nas especificações técnicas no item 1.2, quando houver a indicação.

16.3. Quando não houver menção, será aplicada a garantia do fabricante, que deve ser compatível com a natureza e especificidade de cada item.

16.4. No período de garantia é admitida a troca de produtos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE.

17. VIGÊNCIA

17.1. Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

17.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

17.1.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

17.2. Da vigência do contrato

17.2.1.1. Os contratos a serem firmados terão vigência de 150 (cento e cinquenta) dias.

17.2.1.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, nos termos do artigo 392, VI e artigo 410 ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

17.2.1.3. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) baseado na inflação do país, o indicador mede a variação dos preços de um conjunto de produtos e serviços em geral, apresentando menor volatilidade. A Constituição Federal preceitua no art. 37, XXI que é assegurada aos contratantes a manutenção das condições efetivas das propostas

apresentadas no processo licitatório, afirmando, assim, o princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. Considera-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) o mais justo para o presente contrato, principalmente em virtude de sua menor variabilidade, permitindo uma reposição justa e equilibrada dos preços, vencidos os prazos necessários e previstos em lei, evitando assim possíveis inadimplências na entrega dos produtos e o não atendimento aos objetivos da presente aquisição.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado – **01/04/2026**.

18.1.2. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização anual desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1. A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

19.1.2. A atualização dos preços registrados será feita com a aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

19.1.2.1. O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

19.1.2.2. O transcurso do período citado no item 19.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, DE 2022.

21.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Datado e assinado eletronicamente

Vítor Matheus Lima da Cruz

Equipe Técnica

SEED/NAS/GOVERNANÇA/SRP

De acordo,

Datado e assinado eletronicamente

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 41 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Igor Felipe Zampier
Coordenador
SEED/NAS/GOVERNANÇA/SRP
Decreto nº10.625/2025

Datado e assinado eletronicamente
Rafaela R. de Souza
DEP/DEDUC/SEED
Departamento de Educação Profissional

Datado e assinado eletronicamente
Adriana Kampa
Coordenadora Técnica Operacional
Departamento de Educação Profissional
DEP/DEDUC/SEED
Decreto nº 12719/2026

Datado e assinado eletronicamente
Anderson Muniz Canizella
Chefe do Departamento de Educação Profissional
DEP/DEDUC/SEED
Decreto nº 12.719/2

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital, para o e-mail da Comissão de Contratação: closeed@fundepar.pr.gov.br

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, ou o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF), elaborado e emitido pelo sítio do GMS Compras Paraná, www.comprasparana.pr.gov.br e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificado, que poderão ser substituído por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 43 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do DECON/SEAP, deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0 (um)** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1,0 (um)** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1,0 (um)** no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 Nos termos do §2º do art. 96 do Decreto nº 10.086/2022, os indicadores dos índices solicitados no subitem 1.4.1.5 devem ser calculados de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período que se referem as demonstrações contábeis.

1.4.1.7 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1- 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características, quantidades prazos, o fornecimento de materiais pedagógicos diversos no quantitativo mínimo de 5% (cinco por cento), em relação à quantidade de bens exigidas para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 44 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Obs.:

a) Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

b) Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

c) O licitante classificado detentor da melhor proposta, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, a amostra do item por meio do catálogo eletrônico para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes do Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no e-mail: closeed@fundepar.pr.gov.br (juntamente com os documentos de habilitação, Anexo II, deste Edital, item 1.5.1 do Termo de Referência.

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 45 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO III**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2026 Ano: 2026****DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:		
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :	
Endereço :		
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição equipamentos, mobiliário e insumos para estruturação de 30 (trinta) laboratórios do Curso Técnico em Farmácia, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual ensino do Estado do Paraná..

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
1							

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data _____ Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1 A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 48 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VI
Locais de Entrega

Quadro 1 – Relação de itens e quantidades a serem entregues por escolas

ITEM	Quantidade
Ábacos abertos	3 unidades por escola
Alfabeto em libras	3 unidades por escola
Alfabeto móvel	3 unidades por escola
Alfabeto silábico	3 unidades por escola
Animais de encaixe	3 unidades por escola
Dominó de alfabetização	3 unidades por escola
Dominó de divisão silábica	3 unidades por escola
Dominó das quatro operações	3 unidades por escola
Jogo da memória: brinquedos	3 unidades por escola
Jogo da memória numerais	3 unidades por escola
Bingo dos números	3 unidades por escola
Kit de jogos: dama, jogo da velha, xadrez, ludo e trilha.	3 unidades por escola
Kit de Quebra cabeça: Animais, frutas e legumes, aves, sortidos.	3 unidades por escola
Sequência lógica: Trânsito.	3 unidades por escola
Tabuleiro de consciência fonológica	3 unidades por escola
Mosaicos Geométricos em madeira	3 unidades por escola
Instrumentos musicais infantil	3 unidades por escola
Blocos de construção gigante	2 conjuntos por escola
Blocos educativos – figuras	2 conjuntos por escola
Círculos de frações	3 unidades por escola
KIT alfanuméricos	2 kits por escola
Maleta Placas sensoriais	2 unidades por escola
Sólidos geométricos em madeira	2 unidades por escola
Tangram	3 unidades por escola
Material Dourado	3 unidades por escola
Livro: “A lagartinha muito comilona”	2 unidades por escola
Livro: “Quanta África tem no dia de alguém”	2 unidades por escola
Livro: “E se fosse com você?”	2 unidades por escola
Livro: “Quem soltou um pum?”	2 unidades por escola
Livro: “O Menino Maluquinho”	2 unidades por escola
Mesa infantil didática	3 unidades por escola
Microfone de lapela	3 unidades por escola
Bola de borracha, tamanho 8	3 unidades por escola
KIT Fantoques de Animais Domésticos	3 Kits por escola
KIT Fantoques Higiene Bucal	3 Kits por escola
Kit fantoche pessoas	3 Kits por escola
Globo terrestre	3 unidades por escola

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 49 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Quadro 2 – Relação de escolas para entrega de materiais

MUNICÍPIO	CÓD. MEC	ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO
APUCARANA	41025997	NILO CAIRO, C E-EF M N PROFIS	RUA OSORIO RIBAS DE PAULA, 1238 - CENTRO
ARAPONGAS	41026586	EMILIO DE MENEZES, C E-EF M N PROFIS	RUA QUISCALO, 185 - CENTRO
FAXINAL	41034716	ERICO VERISSIMO, C E-EF M N PROFIS	AV EUGENIO BASTIANI, 663 - CENTRO
MARILANDIA SUL	41027833	ANGELO CASAGRANDE, C E PE-EF M N PROFIS	AV SANTIAGO LOPES JOSE, 420 - CENTRO
MAUA DA SERRA	41028066	JOAO PLATH, C E-EF M N PROFIS	RUA PEDRO GEFFER, 420 - CENTRO
ALM. TAMANDARE	41156919	THEODORO DE BONA, C E-EF M PROFIS N	RUA MILTON LEGAL, 50 - VL GRECIA
BOCAIUVA DO SUL	41532090	QUIELSE C DA SILVA, C E CON-EF M P N	RUA JUVELINA BITTENCOURT RIBAS, 763 - SAO MARCOS
CERRO AZUL	41120779	ISABEL, C E PRINC-EF M N PROFIS	RUA ROMARIO MARTINS, 120 - CENTRO
COLOMBO	41125649	ABRAHAM LINCOLN, C E PRES-EF M N PROFIS	RUA ZACARIAS DE PAULA XAVIER, 561 - CENTRO
ITAPERUCU	41354478	BEDA MARIA, C E FR-EF M N	RUA ANTONIO TOME, 232 - VL TOME
PINHAIS	41135610	ARNALDO F BUSATO, C E DEP-EF M N PROFIS	RUA QUINZE DE OUTUBRO, 525 - CENTRO
PINHAIS	41135938	SPRENGER, C E TEN-EF M N PROFIS	RUA ISAAC VICTOR PEREIRA, 115 - JD ATUBA I
PIRAQUARA	41373472	GILBERTO A DO NASCIMENTO, C E DR-EFMNP	RUA MEM DE SA, 111 - RECANTO DAS AGUAS
RIO BRANCO SUL	41136845	MARIA DA LUZ FURQUIM, C E-EF M N PROFIS	RUA PARANA, 90 - CENTRO
ARAUCARIA	41123662	JULIO SZYMANSKI, C E PROF-E F M P N	RUA SAO VICENTE DE PAULO, 76 - CENTRO
CAMPO LARGO	41125541	SAGRADA FAMILIA, C E-EF M N P	RUA XV DE NOVEMBRO, 1775 - CENTRO
FAZ RIO GRANDE	41134605	JORGE ANDRIGUETTO, C E DES-EF M N	RUA CEZAR CARELLI, 497 - IGUACU
FAZ RIO GRANDE	41148711	ABILIO LOURENCO DOS SANTOS, C E-EF M P	RUA SAO GABRIEL, 1103 - SANTA TEREZINHA
MANDIRITUBA	41135334	JOAQUIM DE O FRANCO, C E-EF M N PROFIS	AV BRASIL, 447 - CENTRO
S JOSE PINHAIS	41137558	COSTA VIANA, C E-EF M PROFIS N	RUA PAULINO DE SIQUEIRA CORTES, 2685 - VL BRAGA
S JOSE PINHAIS	41137671	SAO CRISTOVAO, C E-EF M PROFIS N	RUA PAULO SCHERNER, 380 - VL PALMIRA
S JOSE PINHAIS	41138449	TIRADENTES, C E-EF M N PROFIS	RUA CHAPECO, 300 - BORDA DO CAMPO
ASSIS CHATEAUBRIAND	41063635	CHATEAUBRIANDENSE, C E-EM N PROFIS	RUA ESTADOS UNIDOS, 170 - JD AMERICA
BARBOSA FERRAZ	41014880	MACHADO DE A BARBOSA FERRAZ, C E - E M N	AV PARANA, 665 - CENTRO
CAMPO MOURAO	41015681	IVONE S CASTANHARO, C E PROF-EFMNP	RUA SANHACO, 720 - JD TROPICAL I
CAMPO MOURAO	41015703	CAMPO MOURAO, C E DE-EF M PROFIS N	AV GUILHERME DE PAULA XAVIER, 795 - CENTRO
ENG BELTRAO	41016254	ANTONIO VIEIRA, C E PE-EF M PROF NORMAL	RUA DUQUE DE CAXIAS, 431 - CENTRO

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 50 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

CASCADEL	41072308	WILSON JOFFRE, C E-EF M N PROFIS	RUA RIO GRANDE DO SUL, 52 - CENTRO
CORBELIA	41072626	AMANCIO MORO, C E C-M-EF M N PROFIS	RUA MARGARIDA, 504 - CENTRO
GUARANIACU	41073100	ANTONIO F F COSTA, C E DES-EF M N P	RUA RIO GRANDE DO SUL, 125 - CENTRO
T BARRAS DO PR	41075412	IZABEL, C E PRINC-EF M N PROFIS	AV PARANA, 540 - CENTRO
VERA C DO OESTE	41079515	VITAL BRASIL, C E-EF M N	RUA HEIJI SAKAI, 502 - CENTRO
CIDADE GAUCHA	41009533	COSTA E SILVA, C E MAL-EF M PROF NORMAL	RUA VASCONCELOS JARDIM, 1696 - CENTRO
SAO TOME	41010540	SANTOS DUMONT, C E-EF M N	RUA PREFEITO SALVADOR SANCHES, 135 - CENTRO
TAPEJARA	41010752	SANTANA DE TAPEJARA, C E-EM N PROFIS	AV PRES TANCREDO DE A NEVES, 214 - CENTRO
TERRA BOA	41018753	HELENA KOLODY, C E-EM PROFIS N	RUA ATAULFO ALVES, 332 - CENTRO
CONGONHINHAS	41043642	AIDES N DA SILVA, C E PROF-EF M N PROF	AV DR DAVID XAVIER DA SILVA, 180 - CENTRO
CORN PROCOPIO	41044126	CRISTO REI, C E-NORMAL PROFIS	RUA ROCHA POMBO, 556 - CENTRO
LEOPOLIS	41044940	MARIA J P SOUZA, C E-EM N PROFIS	RUA RUI BARBOSA, 282 - CENTRO
S JERON SERRA	41041739	JOSE F DE MELLO, C E-EF M N	RUA RAUL PROENCA, 782 - CENTRO
S SEB AMOREIRA	41042077	JERONIMO ONUMA, C E PE-EF M N	AV BRASIL, 629 - CENTRO
CURITIBA	41127650	BENEDICTO J CORDEIRO, C E-EF M N PROFIS	RUA EURICO ZYKIEVITZ, 143 - SITIO CERCADO
CURITIBA	41129130	INST ED PR PROF ERASMO PILOTTO-EF M N P	RUA EMILIANO PERNETA, 92 - CENTRO
CURITIBA	41129490	FRANCISCO ZARDO, C E PROF-EF M PROFIS N	AV MANOEL RIBAS, 7149 - SANTA FELICIDADE
CURITIBA	41132220	PAULO LEMINSKI, C E-EF M N PROFIS	RUA CEL AUGUSTO DE ALMEIDA GARRET, 135 - TARUMA
CURITIBA	41133102	SANTA CANDIDA, C E-EF M PROFIS N	RUA THEODORO MAKIOLKA, 155 - SANTA CANDIDA
DOIS VIZINHOS	41084772	LEONARDO DA VINCI, C E C-M-EF M N PROFIS	AV SALGADO FILHO, 175 - CENTRO
SALTO LONTRA	41089065	MARIA MARGARIDA, C E IR-EM N P	RUA PREF NERI BAU, 849 - CENTRO
S JORGE D OESTE	41089944	JOSE DE ANCHIETA, C E PE-EF M N PROFIS	AV CEL HENRIQUE RUPP, 761 - CENTRO
FOZ DO IGUAU	41075994	ARNALDO BUSATTO, C E DR-EF M N PROFIS	AV ARAUCARIA, 7510 - TRES LAGOAS
FOZ DO IGUAU	41076389	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	RUA SAPUCAI, 689 - VL C
FOZ DO IGUAU	41076770	RIO BRANCO, C E BAR DO-EF M N PROF	RUA SILVINO DAL BO, 85 - JD POLO CENTRO
FOZ DO IGUAU	41076869	TANCREDO DE A NEVES, C E C-M-EF M N P	RUA JOSE CARLOS PACE, 1866 - PQ MORUMBI II
MATELANDIA	41077172	EUCLIDES DA CUNHA, C E-E F M N PROFIS	RUA NAPOLEAO LAUREANO, 642 - CENTRO
MEDIANEIRA	41077733	JOAO M MONDRONE, C E-EF M PROFIS N	RUA MATO GROSSO, 2233 - CIDADE ALTA
MISSAL	41527844	EDUARDO MICHELIS, C E PE-EF M N PROFIS	RUA NOSSA SENHORA DA LUZ, 46 - CENTRO

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 51 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

STA TER ITAIPU	41078721	MANOEL KONNER, C E D- EF M PROFIS N	RUA VENANCIO SMANIA, 960 - CENTRO
S MIG IGUACU	41078900	CASTELO BRANCO, C E C- EF M N PROFIS	RUA MATELANDIA, 205 - CENTRO
AMPERE	41352564	NEREU PERONDI, C E-EF M N	RUA DUQUE DE CAXIAS, 1410 - SANTA PAULINA
BELA V. CAROBA	41081013	SANTO ANTAO, C E-E F M N	AV RIO GRANDE DO SUL, 1733 - CENTRO
CAPANEMA	41080530	ROCHA POMBO, C E-EF M N	AV ESPIRITO SANTO, 1205 - CENTRO
FRANC BELTRAO	41086201	MARIO DE ANDRADE, C E- EF M N PROF	RUA TENENTE CAMARGO, 345 - LUTHER KING
MARMELEIRO	41087151	TELMO OCTAVIO MULLER, C E-EF N	RUA IGNACIO FELIPE, 700 - CENTRO
PRANCHITA	41081943	JULIO GIONGO, C E-EF M N PROFIS	AV CAPIBARIBE, 1377 - CENTRO
REALEZA	41082290	DOZE DE NOVEMBRO, C E- EF M N PROFIS	RUA BELEM, 2776 - CENTRO
STA IZABEL OEST	41082990	GUILHERME DE ALMEIDA, C E-EM N PROFIS	RUA GUABIROBEIRA, 765 - CENTRO
STO A SUDOESTE	41089251	ANTONIO SCHIEBEL, C E-EF M N	AV BRASIL, 1300 - CENTRO
VERE	41090381	ARNALDO BUSATO, C E-E F M N PROFIS	RUA PIONEIRO ANTONIO FABIANE SN, 0 - CENTRO
GOIOERE	41012143	CAXIAS, C E DQ DE-EF EM N PROFIS	RUA AMAZONAS, 991 - JD LINDOIA
MARILUZ	41006836	JOSE A DE ALMEIDA, C E- EF M N PROFIS	RUA SANTA CATARINA, 585 - CENTRO
GUARAPUAVA	41100476	GUARAPUAVA, C E VISC DE- EF M N PROFIS	RUA XV DE NOVEMBRO, 7152 - CENTRO
PINHAO	41104439	MARIO EVALDO MORSKI, C E PROF-EF M N P	RUA XV DE DEZEMBRO, 78 - CENTRO
INACIO MARTINS	41101820	PARIGOT DE SOUZA, C E C- M-EF M N PROFIS	RUA 7 DE SETEMBRO, 490 - CENTRO
IRATI	41112970	ANTONIO X DA SILVEIRA, C E-EF M N PROFIS	RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA, 815 - CENTRO
PRUDENTOPOLIS	41112490	VILA NOVA, C E-EF M N	RUA PAULO CRISTINO DOS SANTOS, 61 - VL NOVA
REBOUCAS	41114442	JULIO CESAR, C E PROF-EF M N	AV. ANTONIO FRANCO SOBRINHO, 419 - CENTRO
RIO AZUL	41114728	CHAFIC CURY, C E DR-EF M N	RUA ZACHARIAS BURKO, 147 - CENTRO
CANDIDO ABREU	41036085	CANDIDO DE ABREU, C E DR-EF M N PROFIS	AV PARANA, 215 - CENTRO
IVAIPORA	41037383	BARBOSA FERRAZ, C E-EM N PROFIS	RUA RIO GRANDE DO SUL, 1200 - CENTRO
MANOEL RIBAS	41039157	RENI C GAMPER, C E PROFA-E M P N	RUA PRIMEIRO DE MAIO, 454 - CENTRO
ABATIA	41042670	RUI BARBOSA, C E -EF M N PROFIS	RUA 19 DE DEZEMBRO, 343 - CENTRO
CARLOPOLIS	41050835	CAROLINA LUPION, C E-EF M N	RUA JORGE BARROS, 1095 - CENTRO
RIB DO PINHAL	41045548	HERMINIA LUPION, C E-EF M N PROF	RUA ANTONIO ROSA, 1228 - CENTRO
STO ANT PLATINA	41048660	RIO BRANCO, C E-EF M N PROFIS	RUA 19 DE DEZEMBRO, 1001 - CENTRO
JAGUAPITA	41020073	NILSON RIBAS, C E DR-EF M N PROFIS	AV PARANA, 400 - CENTRO
LONDRINA	41031318	INST ED E DE LONDRINA- EF M N PROFIS	RUA BRASIL, 1047 - CENTRO

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 52 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

PRIMEIRO MAIO	41022050	CASTELO BRANCO, C E MAL-EF M N PROFIS	RUA VINTE, 655 - CENTRO
MANDAGUARI	41023188	VERA CRUZ, C E-EF M PROFIS N	RUA GOMERCINDO BORTOLANZA, 779 - CENTRO
PAICANDU	41024982	PAICANDU, C E-EF M N PROFIS	RUA SANTOS DUMONT, 521 - CENTRO
NOVA LONDRINA	41001508	ARY J DRESCH, C E-EF M N PROFIS	PC DA MATRIZ, 143 - CENTRO
PLANALTINA PR	41002687	ARTHUR DA C SILVA, C E MAL-EF M N	RUA VER JOSE TEIXEIRA ALVES, 171 - CENTRO
GUARAQUECABA	41139186	MARCILIO DIAS, C E-EF M N	RUA FERREIRA LOPES, 73 - CENTRO
GUARATUBA	41139623	GRATULINO DE FREITAS, C E-EF M N PROF	RUA DR JOAO CANDIDO, 348 - CENTRO
MORRETES	41140311	ROCHA POMBO, C E-EF M N PROFIS	RUA CORONEL MODESTO, 289 - CENTRO
PARANAGUA	41140516	INST E ED DR CAETANO M ROCHA-EF M N P	RUA JOAO EUGENIO, 894 - COSTEIRA
PONTAL PARANA	41373375	MARIA HELENA T LUCIANO, C E PROF-EF MNP	RUA TAMANDARE, 405 - BALN SHANGRILLA
NOVA ESPERANCA	41020820	SAO VICENTE DE PAULA, C E-EF M N PROFIS	AV ROCHA POMBO, 550 - CENTRO
PARAISO NORTE	41001745	PARAISO DO NORTE, C E-EF M N	RUA BARAO DO RIO BRANCO, 575 - CENTRO
PARANACITY	41001869	ANTONIO TORTATO, C E-EM N PROFIS	RUA MARIO XAVIER DE SOUZA, 1605 - CENTRO
PARANAVAI	41002415	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	RUA GUAPORE, 2425 - JD AEROPORTO
TERRA RICA	41003969	JAMES P CLARK, C E-EM N	RUA JOSE DOURADO BLANCO, 802 - CENTRO
CHOPINZINHO	41091221	JOSE ARMIM MATTE, C E-EF M N PROFIS	RUA VOLUNTARIOS DA PATRIA, 3810 - CENTRO
CEL. D. SOARES	41109244	SANTA CATARINA, C E-EF M N PROFIS	AV ARAUCARIA SN, 0 - CENTRO
CORONEL VIVIDA	41091710	ARNALDO BUSATO, C E-EF M N PROFIS	RUA ROSA STEDILE, 520 - CENTRO
MANGUEIRINHA	41108272	MISAEEL F ARAUJO, C E CEL-EF M N PROFIS	RUA SANTOS DUMONT, 146 - CENTRO
PALMAS	41108701	CARLOS, C E D-EF M N PROFIS	RUA MARECHAL DEODORO, 687 - CENTRO
PATO BRANCO	41093518	PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	RUA ARGENTINA, 724 - JD PRIMAVERA
PITANGA	41155190	CENTRO EST ED PROFIS PF MIGUEL C PAROLO	AV FRANCISCO BERARDI, 781 - VILA PLANALTO
CASTRO	41060911	VESPASIANO C MELLO, C E MJR-EF M PROFIS N	RUA DOM PEDRO II, 1360 - CENTRO
PALMEIRA	41060997	ALBERTO GONCALVES, C E D-EF M PROFIS N	RUA SANTOS DUMONT, 268 - CENTRO
PIRAI DO SUL	41058810	JORGE Q NETTO, C E-EF M P N	RUA IZIDORO DOIN, 485 - CENTRO
PONTA GROSSA	41062272	INST ED E PROF CESAR P MARTINEZ-F M N P	RUA DR JOAQUIM DE PAULA XAVIER, 636 - VL ESTRELA
PONTA GROSSA	41062450	ELZIRA C DE SA, C E PROFA-EF M PROFIS N	RUA CASTANHEIRA, 1007 - SANTA PAULA
PONTA GROSSA	41063287	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS N	RUA PE JOAO ANTONIO SN, 0 - JD CARVALHO
TELEMACO BORBA	41056639	WOLFF KLABIN, C E-EF M N PROFIS	AV PRESIDENTE KENNEDY, 635 - CENTRO
GUAIRA	41064887	ROOSEVELT, C E PRES-EF M N PROFIS	RUA MATO GROSSO, 111 - CENTRO

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 53 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

MAL CAND RONDON	41065387	ERON DOMINGUES, C E-EF M N PROFIS	RUA MEM DE SA, 1615 - CENTRO
SANTA HELENA	41067061	HUMBERTO DE A C BRANCO, C E-M N PROFIS	RUA MINAS GERAIS, 1401 - CENTRO
TOLEDO	41068394	CASTELO BRANCO, C E PRES-EM N PROFIS	RUA GUAIRA, 3275 - JD LA SALLE
ALTO PIQUIRI	41004590	JOAO XXIII, C E PAPA-E M N PROF	RUA SEBASTIAO P DE OLIVEIRA, 1163 - CENTRO
ALTONIA	41004400	MALBA TAHAN, C E-EF M N P	RUA OLAVO BILAC, 560 - CENTRO
CRUZEIRO OESTE	41004957	ANCHIETA, C E C-M-EF M N	AV WENCESLAU BRAS, 356 - SUL BRASILEIRA
PEROLA	41007131	NESTOR VICTOR, C E-EF M N PROFIS	AV PASSOS, 188 - CENTRO
UMUARAMA	41007670	BENTO MOSSURUNGA, C E-EF M N PROFIS	AV ARACAJU, 1590 - ZN VII
BITURUNA	41115635	SANTA BARBARA, C E-EF M N PROFIS	AV BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, 951 - CENTRO
CRUZ MACHADO	41115937	CERRO AZUL, C E BAR DO-EF M N PROFIS	AV INTERVENTOR MANOEL RIBAS, 238 - CENTRO
GAL CARNEIRO	41116895	PEDRO ARAUJO NETO, C E-EF M N PROFIS	RUA PRESIDENTE KENNEDY, 200 - CENTRO
SAO MATEUS SUL	41119860	SAO MATEUS, C E-EF M PROFIS N	RUA DR PAULO FORTES, 422 - CENTRO
UNIAO D VITORIA	41118430	TULIO DE FRANCA, C E-EF M N PROFIS	AV INTERVENTOR MANOEL RIBAS SN, 0 - CENTRO
ARAPOTI	41057872	RUI BARBOSA, C E-EF M N PROFIS	RUA LUIZ PINHEIRO, 1475 - CACHOEIRINHA
SENGES	41059255	COSTA E SILVA, C E PRES-EF M N	RUA PREF DANIEL JORGE, 657 - CENTRO
WENCESLAU BRAZ	41053702	SEBASTIAO PARANA, C E DR-EM PROFIS N	RUA SETE DE SETEMBRO, 391 - CENTRO
CANTAGALO	41099133	OLAVO BILAC, C E-EF M N PROFIS	RUA BOM JESUS, 273 - CENTRO
QUEDAS IGUACU	41106075	SIGISMUNDO, C E PE-EF M N PROFIS	RUA MARFIM, 1177 - CENTRO
QUEDAS IGUACU	41389778	CHICO MENDES, C E C-EI EF M N PROFIS	ASSENT CELSO FURTADO/COMUNIDADE RENASCER, 0 - 0
RIO B IGUACU	41365879	IRACI S STROZAK, C E DO C-EI EF M N	ASSENT MARCOS FREIRE-CENTRO NOVO, 0 - 0
FIGUEIRA	41049322	ALVINA PRESTES, C E PROF-EF M N	RUA DR ZOILO MEIRA SIMOES, 549 - CENTRO
IBAITI	41049500	ALDO DALLAGO, C E-EF M N	RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 1028 - CENTRO
PINHALAO	41050410	LEONARDO F NOGUEIRA, C E-E M N	RUA JOSE PEREIRA DOS SANTOS, 336 - CENTRO
SIQUEIRA CAMPOS	41052684	SEGISMUNDO A NETTO, C E C-M PROF-EF M N	RUA ESPIRITO SANTO, 306 - BOA VISTA
MANOEL RIBAS	41378180	GREGORIO KAEKCHOT, C E I CAC-EI EF M N	RUA PEDRO NINVAIA, 1 - POSTO INDIG IVAI
MANOEL RIBAS	41378180	GREGORIO KAEKCHOT, C E I CAC-EI EF M N	RUA PEDRO NINVAIA, 1 - POSTO INDIG IVAI
TERRA ROXA	41153081	CENTRO EST EDUC PROFIS PAULO R SOUZA	RUA AGOSTINHO ARECO, 49 - PARQUE VERDE

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 54 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VII**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 817/2026	PROTOCOLO N.º 25.054.707-2
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, localizado à Rua dos Funcionários, 1323, Cabral, CEP 80.035-050, Curitiba/Paraná, aqui representado pela Senhora Eliane Teruel Carmona, Diretora-Presidente do FUNDEPAR, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 817/2026, homologado pela sua Diretora-Presidente, para a futura e a eventual aquisição de utensílios e mobiliário para estruturação dos laboratórios do Curso Técnico em Formação de Docentes, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar**, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para futura e eventual aquisição de utensílios e mobiliário para estruturação dos laboratórios do Curso Técnico em Formação de Docentes, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

1- : Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2. Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
1						

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 55 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
1						

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Estado.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – DO COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização anual dos preços registrados será feita de forma automática pela Administração com a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo por termo inicial a data do orçamento estimado, de 01/04/2026, e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da última atualização.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1 for liberado;

6.1.2 descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4 sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5 não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 no cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 o cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3 manter as condições de habilitação;

9.1.4 manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1 tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2 emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3 verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e dos órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CADASTRO DE RESERVA

11. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 57 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

13.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14. O Pregão Eletrônico nº 817/2026 é realizado pelo Pregoeiro(a) Saionara Cristina Bocalon, designada na Portaria n.º 273/2026, publicada no DIOE Executivo edição n.º 11.713 de 31/07/2024.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente Fundepar
Decreto 3270/2023

Saionara Cristina Bocalon
Pregoeira Fundepar
Portaria 273/2026

FORNECEDORES

LOTE/Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 58 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva**

PROCESSO LICITATÓRIO PE XXXX/2026

PROTOCOLO 25.054.707-2

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 59 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar, com sede na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com rua Recife, Bairro Cabral, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.112.109/0001-53, neste ato representado pela sua Diretora-Presidente, Senhora Eliane Teruel Carmona, nomeada pelo Decreto n.º 3270/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 797.219.159-04, portadora da carteira de identidade n.º 4.892.128-0.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º XXXX/2026 (protocolo n.º **25.054.707-2**) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de utensílios e mobiliário para estruturação dos laboratórios do Curso Técnico em Formação de Docentes, das instituições de ensino ofertantes do curso na rede pública estadual conforme descrito no Termo de Referência.

Lote XXXX	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1					R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXX/2026, objeto do processo administrativo n.º **25.054.707-2**, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls.2384-2386 deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

A entrega dos itens deverá ser realizada no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a assinatura contratual, conforme descrito no Termo de Referência, subitem 1.4. do Anexo I.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ [XXXXXXXXXX] (**VALOR POR EXTENSO**).

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado de 01/04/2026 e se dará de forma automática.

5.1.2. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Subitem de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, contados de ____/____/____ a ____/____/____.

9.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendizes, conforme estabelecido pela legislação trabalhista brasileira e na Lei Federal 14.133/2021, artigo 92, inciso XVII.

10.1.10.1. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

10.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, CNPJ: 76.416.965/0001-21, Avenida Presidente Kennedy nº. 2.511, Guaíra, Curitiba/PR, CEP. 80.610-011**, constando número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{36}$$

$$36$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 visando maior competitividade entre fornecedores interessados no certame, não será exigido garantia de execução contratual, visto que será exigido comprovação de índices financeiros e capital social/patrimônio líquido na fase de Habilitação.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 Nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger

Protocolo nº 25.054.707-2 EDITAL (Página 65 de 67)
Pregão Eletrônico nº 817/2026 – GMS
Pregão Eletrônico nº 90817/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO X

DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2.** referentes a participações societárias;
- 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5.** estado civil;
- 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7.** relações de parentesco;
- 1.8.** número de telefone;
- 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal